



Africa Capital

“A Guiné-Bissau deixou de ser um manicómio”

O presidente-eleito, general Sissoco Embaló, explica em entrevista as reformas que quer fazer com dinheiro saudita
● A votação ainda está, contudo, em contestação e a CEDEAO enviou uma missão para analisar a crise pós-eleitoral ● P4 e 5



André Kisters/Lusa

ECONOMIA

As intervenções do FMI em África continuam a fracassar em África

Fundo Monetário Internacional não parece levar em conta a fragilidade económica dos países que tenta auxiliar no continente africano. ● P2 e 3

MOÇAMBIQUE

Filipe Nyussi toma posse em clima de recuperação económica

Economia deve registar o maior crescimento da África Austral em 2020, mas presidente exige resultados aos seus ministros ● P8

ANÁLISE

A nova ordem de poder em Angola: do ‘eduardismo’ ao ‘lourencismo’

O investigador Sérgio Dundão analisa uma transição difícil cujo último episódio, o Luanda Leaks, captou a atenção mundial ● P6 e 7



João Lourenço
Presidente de Angola

Quem tem medo do lobo mau de Washington?



SHRIKESH LAXMIDAS
Diretor Adjunto

A relação do Fundo Monetário Internacional com o continente africano é, sem dúvida, bipolar. Nas sedes de governo em várias capitais africanas, a instituição baseada em Washington é vista a partir de dois prismas. O ‘amigo’ que ajuda a financiar o crescimento, estruturar as economias e enfrentar adversidades. Ou o ‘lobo mau’ insensível que impõe medidas draconianas inspiradas em realidades de outros continentes.

Estes prismas não se excluem, por vezes sobrepõem-se, pois a realidade e os impactos dos programas são complexos, conforme mostramos nos textos que abrem este suplemento.

As recentes (e atuais) experiências de Moçambique e Angola com o FMI são agrídoces, trouxeram financiamento e disciplina, mas também modelos externos cuja aplicação não levou necessariamente a melhorias estruturais.

O perímetro de atenção do África Capital não se limita aos países lusófonos, mas o fluxo de notícias levou o nosso foco para Luanda, Bissau e Maputo.

Em pleno impacto global do Luanda Leaks, o investigador Sérgio Dundão escreve sobre a história recente da relações de poder em Angola, especialmente a transição do ‘eduardismo’ para o ‘lourencismo’.

Em entrevista, Umaro Sissoko Embaló, presidente eleito da Gui-

né-Bissau, fala sobre as reformas que pretende fazer, mas a polémica dos resultados das eleições não está ultrapassada e a CEDEAO já enviou uma missão para analisar a crise.

Em Moçambique, Filipe Nyusi iniciou o novo mandato no início de um ano que promete ser de crescimento económico. O presidente moçambicano realçou, no entanto, que o novo governo não tem desculpas para falhar. ●



ECONOMIA

FMI continua a fracassar em África

O Fundo Monetário Internacional não parece levar em conta a fragilidade económica dos países que tenta auxiliar no continente africano. Qualquer mínimo conflito produz efeitos terríveis nos mercados financeiros.

LUÍS NAVES

luis.naves@africacapital.net

As intervenções do Fundo Monetário Internacional (FMI) estão geralmente envolvidas em controvérsia, mas no caso de África os programas têm sido acusados de não contribuírem para resolver os

problemas estruturais. Em causa, está a fórmula imposta pelo fundo como condição para financiar os países: estabilização financeira, liberalização e privatizações, ou seja, um conjunto que parece não funcionar em economias pobres e exportadoras de matérias-primas. Como o FMI não contempla o perdão de dívida, muitos governos

tentaram libertar-se do fecho das torneiras do crédito internacional recorrendo a empréstimos chineses, que geralmente não estão ligados a condições como aquelas que o FMI exige.

Na África subsariana, entre 2014 e 2017, as verbas associadas a programas do Fundo Monetário Internacional aumentaram quatro

vezes, de 1,8 mil milhões de dólares, para 7,2 mil milhões, dinheiro associado a ajudas adicionais do Banco Mundial e da Comissão Europeia. O fundo considera que países como Gabão, Angola, Costa do Marfim, Ruanda ou Camarões beneficiaram nos últimos 20 anos dos ajustamentos macroeconómicos realizados no âmbito de programas internacionais, sendo possível fazer a mesma afirmação em relação a países do Norte de África, como Tunísia e Egito. Do ponto de vista histórico, o FMI afirma que foi fundamental para financiar a independência dos países africanos, a partir dos anos 60 do século passado.

Os críticos têm uma narrativa diferente: nos anos 90, no Quênia, a necessidade de reforçar reservas monetárias levou um governo corrupto a criar um esquema de falsas exportações que terá custado mais de 10% do PIB; por outro lado, a redução da despesa pública com saúde imposta na África ocidental pode ter sido um dos fatores para a violência da epidemia de ébola, em 2014 e 2015. A doença espalhou-se na Guiné, Libéria e Serra Leoa, matou mais de 11 mil pessoas e foi contida a grande custo. Na altura, académicos britânicos

afirmaram que os programas do FMI, nestes três países, entre 2010 e 2013, tinham criado grande vulnerabilidade, mas a instituição negou as acusações, dizendo que a região teve guerras civis antes do surto e que a despesa social aumentou durante os anos do auxílio. O fundo também se apressou a conceder créditos para atacar a crise sanitária.

No que respeita aos fracassos, Moçambique é um dos casos emblemáticos (ver depoimento do economista João Mosca). O FMI

Académicos britânicos afirmaram

que os programas do FMI tinham criado grande vulnerabilidade na Guiné, Libéria e Serra Leoa entre 2010 e 2013



suspendeu os créditos em abril de 2016, após ser conhecido que o governo moçambicano tinha ocultado dívidas adicionais de dois mil milhões de dólares, contraídas por empresas públicas a uma instituição suíça e um grupo russo, o que para o FMI significava que a dívida era insustentável. Meses antes tinha sido aprovado um empréstimo de 283 milhões de dólares, dos quais tinha sido paga uma parcela, para estabilizar a economia, mas o escândalo travou o resto do dinheiro. Com a suspensão do auxílio, a economia moçambicana perdeu acesso aos mercados financeiros e parou o serviço da sua dívida externa, que em 2017 atingia 112% do PIB.

Com o incumprimento, a moeda desvalorizou 65% e o crescimento económico anual caiu para metade. A irregularidade na obtenção dos empréstimos ocultos originou, entretanto, uma discussão jurídica sobre o serviço da dívida, que alguns consideram ilegítima, pois não foi aprovada pelo parlamento. É uma discussão que um pequeno país terá tendência a perder nos tribunais dos países credores. O ciclone que devastou Moçambique, no ano passado, só piorou a situação já crítica da economia. Na altu-

ra, o FMI aprovou uma ajuda de emergência, sem perdão de dívida explícito.

Moçambique debate-se com outros problemas crónicos, mas a situação económica deverá melhorar este ano, pelo menos é o que espera o Fundo Monetário Internacional. Em 2010 foram descobertas vastas reservas de gás natural na costa moçambicana e o país pode tornar-se um dos maiores exportadores mundiais de gás natural liquefeito. No entanto, a exploração foi atrasada devido às dificuldades no acesso a financiamento externo, embora as ajudas após o ciclone estejam a contribuir para estabilizar a moeda e melhorar as exportações agrícolas.

Embora Moçambique só comece a beneficiar do dinheiro do gás em 2023, o FMI prevê que este ano o PIB já cresça 5,5%, com baixa inflação, devido a construções ligadas aos projetos de energia. O fundo também faz avisos em relação a este recurso: Moçambique terá de reforçar as instituições, para distribuir de forma equitativa esta riqueza. O problema da dívida continua a pairar sobre o futuro do país (um dos mais pobres do mundo), pois estorva o acesso aos mercados financeiros. ●

DEPOIMENTO

Duas fases do FMI em Moçambique



JOÃO MOSCA

Economista e professor catedrático moçambicano

O início da atividade do FMI data de 1987, depois dos acordos estabelecidos em conversações entre 1983 e 1984. A filiação de Moçambique às instituições de Bretton Woods aconteceu devido à crise dos países socialistas e à guerra civil, que provocaram uma profunda crise económica e social. Desde então foi implementado um programa de ajustamento estrutural e de estabilização típico: liberalização dos mercados, privatização do setor empresarial público, abertura da economia, políticas monetárias e fiscais restritivas e controlo da inflação. O objetivo era uma estabilização macroeconómica que permitisse o crescimento económico.

Partindo de uma base com baixa produção e produtividade, infraestruturas destruídas, poucas relações de cooperação e investimento, Moçambique iniciou um período de democratização e de crescimento económico acelerado, com média de 7% em mais de uma década. Houve investimento externo, relativa estabilização, controlo da inflação em redor dos 10%, cortes das despesas e redução dos défices das principais balanças macroeconómicas. Apesar destes indicadores, a estrutura da economia manteve-se ou piorou: poupança interna baixa (inferior a 5% do PIB), pouco investimento interno, economia assente no setor primário, baixa competitividade e produtividade, aumento da dependência externa. A percentagem da população pobre reduziu-se, mas o número de pobres aumentou, devido ao elevado crescimento populacional.

A partir de 2015 estalou a crise das dívidas "ocultas". Desde 1987, o FMI tinha programas de apoio financeiro e o Banco Mundial (BM) possuía linhas de crédito e auxílio técnico no Ministério das Finanças e no Banco Central. Com a dívida, o apoio ao orçamento da cooperação foi em grande medida cancelado ou suspenso, o FMI retirou os progra-

mas de ajuda, o investimento externo caiu para menos de metade, a economia entrou numa importante desaceleração, a dívida interna aumentou, a inflação subiu para cerca de 15% e aumentou a pobreza, com aprofundamento das desigualdades.

O FMI teve um importante papel até aos acordos de paz da guerra civil (1992). O que se pode discutir, e é fundamental fazê-lo, é a ausência de transformação estrutural da economia, o crescimento assente em poucos setores primários e de serviços, a desindustrialização, a secundarização da produção para o mercado interno, a fragilização do Estado devido às políticas de liberalização caótica, a configuração de uma elite política-empresarial não competente, a economia dos afetos e a corrupção no processo de decisão política e económica, o aumento do número de pobres e a concentração social da riqueza gerada.

Com a suspensão dos programas, o FMI aguarda o esclarecimento político e judicial, embora com apoios anuais e pontuais. Esta atuação influencia as decisões de países importantes na cooperação e desincentiva o investimento.

Em resumo, pode considerar-se que a atuação do FMI em Moçambique foi positiva pelo suporte financeiro direto e indireto (devido à influência que possui no sistema financeiro internacional e na cooperação externa), pelas consequências no crescimento e estabilização relativa da economia. Pode ser considerada negativa ou não influente nos aspetos acima referidos: transformação estrutural da economia, padrão de crescimento, competitividade e desindustrialização.

A estratégia do FMI depois da crise das dívidas ocultas tem-se mostrado cínica, pois dificilmente se acredita que não conhecia as dívidas. Tem sido omissa em relação ao crescimento da dívida pública de Moçambique e, apesar de afirmar que não assina um programa de apoio antes do esclarecimento sobre as dívidas, mantém financiamentos pontuais e anuais. Além disso, parece existir uma incoerência em relação à continuidade e aumento da presença do BM (em termos de financiamento de projetos e mesmo de apoio camuflado ao Orçamento do Estado). ●

BREVES

Aumentam custos do serviço de dívida

O aumento da dívida pública em função do Produto Interno Bruto e o custo de servir essa dívida em moeda estrangeira enfraqueceram o perfil de crédito dos países da África subsariana este ano, afirma a agência de notação Moody's, num relatório sobre a região. "O aumento da dívida e o peso dos pagamentos desde 2015 têm vindo a enfraquecer os perfis de crédito", refere o documento. Os analistas escrevem que antecipam "modesta consolidação orçamental na região, com a média do défice orçamental a melhorar para 3% do PIB, o que compara com desequilíbrio das contas públicas de 3,3% em 2019". A dinâmica orçamental vai continuar fraca e a deixar os países com capacidade limitada para medidas contracíclicas.

Galp avança com projeto são-tomense

Entre finais de 2020 e início de 2021, a Galp vai fazer a primeira perfuração de petróleo no bloco 6 da Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe, disse o diretor de produção e exportação da petrolífera portuguesa, Thore Kristiansen. "Temos vindo a processar um conjunto de dados e agora podemos concluir que parece haver a possibilidade de se fazer a primeira perfuração em São Tomé e Príncipe, algo que ainda poderá acontecer no decurso deste ano, ou no início do próximo."

Perdas decorrentes de cortes na Internet

Os cortes aplicados por governos africanos no acesso à internet resultaram em perdas económicas de 2,16 mil milhões de dólares (1,94 mil milhões de euros) em 2019, devido a quase oito mil horas de indisponibilidade. Segundo o relatório "Custo Global dos Cortes da Internet em 2019", do portal Top10-VPN.com, a economia da África Subsariana foi a segunda mais afetada em 2019, atrás do Médio Oriente e Norte de África.

ENTREVISTA UMARO SISSOCO EMBALÓ Presidente eleito da Guiné-Bissau

“A Guiné-Bissau deixou de ser um manicómio”

O general Sissoco Embaló foi eleito a 29 de dezembro, numa votação ainda contestada pelo candidato derrotado, e promete fazer extensas reformas com dinheiro saudita e acabar com as crises políticas.

ANA SINELEY
ana.sineley@afriacapital.net

Entrevistado pelo “África Capital” durante uma visita a Lisboa, o vencedor da segunda volta das eleições presidenciais da Guiné-Bissau garantiu que irá normalizar a situação do país lusófono.

Qual é o balanço da sua visita a Portugal? Que mensagem quis deixar às autoridades e que mensagem leva daqui?

O balanço é muito positivo, o que me deixa otimista relativamente ao futuro das relações entre a Guiné-Bissau e Portugal. Após a minha tomada de posse, iremos recomençar, iremos refundar o Estado e as suas instituições após 46 anos perdidos. Por isso, também as relações externas terão de ser reavaliadas, para a restauração da nossa dignidade e para que deixemos de ser meros pedintes. É no âmbito dessa nova visão da Segunda República que vamos começar um novo modelo de relacionamento com Portugal, numa parceria estratégica que beneficie ambos os países, aportando maior prosperidade aos nossos povos irmãos. Nisto consiste o essencial da mensagem que dirigi às autoridades portuguesas, de forma genuína, espontânea e sincera, como é meu timbre.

Que papel tem Portugal entre os parceiros da Guiné-Bissau?

O papel de Portugal é único e insubstituível. Portugal é a antiga potência colonial, deixou na Guiné-Bissau uma língua, o aparelho legislativo, o modelo de administração, a herança cultural, a mestiçagem e os laços de proximidade que não temos com nenhum outro país do ocidente. O papel de Portugal é o de um país irmão com ligações únicas e históricas. Ao longo de 46 anos, uns e outros não soubemos realizar o potencial de colaboração e parceria que resultam da nossa história comum. Tenho dito que Portugal será a nossa porta de entrada na União Europeia e queremos ser a porta de entrada de Portugal na CEDEAO, um mercado de

380 milhões de consumidores, que muito se ajusta às características da pequena e média indústria portuguesa. Por isso, queremos estabelecer uma parceria estratégica com Portugal, fazendo da Guiné-Bissau uma plataforma para as exportações portuguesas nos países da CEDEAO e um parceiro para a produção em linha, em complementaridade, que permita o florescimento da indústria na Guiné-Bissau, aproveitando os nossos recursos naturais, gerando empregos, qualificando os jovens profissionais e melhorando as condições de vida da nossa população.

Quais serão as suas primeiras medidas para o mandato? O que é mais urgente fazer?

Na Guiné-Bissau tudo é urgente, mas temos de estabelecer prioridades. Temos de começar pelos alicerces. Iremos começar por construir o Estado, que colapsou. Vamos unir os guineenses e refundar as instituições, como as da justiça,

colocando-as ao serviço do cidadão, da promoção da igualdade e da dignidade. Depois iremos reformar, a começar pela administração. E criar as condições para o desenvolvimento económico, apostando num vasto programa de infraestruturas económicas, estradas, portos, escolas, hospitais, equipamentos. Fui militar, tenho um pensamento sistemático e sequencial. Gosto de pensar rápido e de dar passos seguros. Só assim, criando riqueza sobre o património que é de todos, poderemos pensar em fazer redistribuição justa e fazer justiça social.

E a nível económico, como irá usar os poderes presidenciais para dinamizar o país?

O Presidente da República exerce uma magistratura de influência. Porém, ao longo dos últimos cinco anos, houve, deliberadamente, uma distorção da informação relativa aos reais poderes presidenciais na Constituição da Guiné-Bissau, que diz expressamente que o “Presidente da República preside ao Conselho de Ministros quando entender”. Eu pretendo exercer essa prerrogativa para influenciar positivamente o desenvolvimento do país e promover a mudança que o povo escolheu ao eleger-me para iniciar um novo ciclo de estabilidade, justiça e desenvolvimento.

Durante a campanha falou de um investidor árabe com biliões para investir no país. De que investidor se trata e onde será aplicado o investimento?

Trata-se do príncipe Al Waleed Bin Talal bin Abdul Aziz Al Saud, um empresário saudita, membro da família real daquele país, que manifestou interesse em acompanhar-nos nesta nova epopeia do povo da Guiné-Bissau, uma saga que nos conduzirá àquele estágio que Amílcar Cabral sonhou como “libertação integral do Homem guineense”. A Guiné-Bissau necessita de investimento de grandes empresas, capaz de impulsionar o desenvolvimento dos recursos naturais, colocando-os ao serviço do

bem-estar dos nossos cidadãos. O investimento do príncipe Al Waleed Talal Al Saud será discutido em detalhe com o executivo. Porém, o foco estará nas infraestruturas, como estradas, portos, energia, hospitais, escolas, água potável, e infraestruturas para produção agropecuária, parques industriais, transformação de castanha de caju e indústria alimentar.

Um presidente e um governo de diferentes cores políticas não são receita para mais anos de instabilidade?

Asseguro-lhe: com Umaro Sissoco Embaló não haverá mais instabilidade política. Venho da sociedade castrense, sou objetivo e claro. Os diferendos são normais, mas serão resolvidos no quadro das instituições e das leis da República, com disciplina, rapidez, sem delongas, sem dar tempo para se convertam em crises. As crises políticas acabaram. As competências de cada órgão estão definidas, há separação de poderes e somos todos guineenses, temos o dever de trabalhar para a melhoria contínua das condições do nosso povo. Enquanto Presidente da República, não excluirei ninguém e irei assegurar condições de equilíbrio. A partir da escolha do povo no dia 29 de dezembro, considero que a Guiné-Bissau deixou de ser um manicómio a céu aberto. Acabou a desordem e acabaram-se as crises. A Guiné-Bissau vai deixar de ser uma República das bananas.

Que outro país irá visitar nas próximas semanas?

Vou a França, ocupar-me de assuntos pessoais e visitar o presidente Denis Sassou Nguesso [da República do Congo], que também estará em Paris, a fim de lhe apresentar condolências pela perda recente da sobrinha, a que ele tratava como filha. Portanto, uma grande perda, que compartilho, porque o presidente Sassou também me trata como filho e nutro por ele uma grande e velha amizade. Em África, na nossa cultura, os momentos de luto e as amizades são muito importantes. ●

“

Queremos ser a porta de entrada de Portugal na CEDEAO, um mercado de 380 milhões de consumidores, que muito se ajusta às características da pequena e média indústria portuguesa





André Koslars/Lusa

GUINÉ-BISSAU

Missão da CEDEAO chegou a Bissau para avaliar crise pós-eleitoral

Missão ministerial enviada pela organização regional já reuniu com o primeiro-ministro, a CNE e o presidente Supremo Tribunal de Justiça.

Uma missão ministerial da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) chegou ontem a Bissau para encontros com as autoridades para avaliar a situação política pós-eleitoral na Guiné-Bissau. Após chegar a Bissau, a missão esteve reunida com o primeiro-ministro, Aristides Gomes, mas não foram prestadas declarações à imprensa. Do Palácio do Governo, a comitiva da CEDEAO seguiu para a Comissão Nacional de Eleições, devendo depois ter um encontro com o presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

A missão é chefiada pelo líder da diplomacia do Níger, Kalla Ankourau, e inclui o ministro de Estado e secretário-geral da presidência da organização, exercida pela Guiné-Conacri, Youssouf Kiridi Bangoura, e o presidente da comissão da CEDEAO, Jean Claude Kassi Brou.

A Guiné-Bissau vive mais uma crise política, na sequência da divulgação dos resultados provisórios das eleições presidenciais a 1 de janeiro pela Comissão Nacional de Eleições, que foram contestadas pelo candidato Domingos Simões Pereira, apoiado pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

Na sequência de um contencioso eleitoral apresentado por Simões Pereira, o Supremo Tribunal de Justiça ordenou à CNE para repetir o apuramento nacional

nos termos do artigo 95.º da lei eleitoral dos resultados das eleições presidenciais, realizadas a 29 de dezembro.

A CNE divulgou os resultados provisórios das eleições presidenciais, sem, segundo o Supremo Tribunal de Justiça, ter terminado o apuramento nacional. A CNE, por seu lado, diz que concluiu o processo com a divulgação dos resultados definitivos, que dão a vitória a Umaro Sissoco Embaló com 53,55% dos votos e a Domingos Simões Pereira 46,45%.

Na sequência da divulgação dos resultados definitivos, a CEDEAO felicitou a vitória de Umaro Sissoco Embaló, apesar de decorrer um contencioso eleitoral. A posição da CEDEAO foi duramente criticada pelo PAIGC e o seu presidente, Domingos Simões Pereira, que a consideram um desrespeito pela lei e soberania do país. ● (Lusa)

Na sequência de um contencioso eleitoral apresentado por Domingos Simões Pereira, o Supremo Tribunal de Justiça ordenou à CNE para repetir o apuramento nacional



ANÁLISE

A nova ordem de poder em Angola: de José Eduardo dos Santos a João Lourenço



SÉRGIO DUNDÃO
Investigador

A governação actual de João Lourenço encontra-se marcada por um conflito entre as elites políticas e económicas do MPLA. Para entendermos essa disputa torna-se necessário compreender as relações entre as variações institucionais do Estado e societais, o pacto da elite e a conjuntura política, económica e social interna.

Importa considerar, igualmente, o conflito armado que deflagrou entre 1961 e 2002. Principalmente durante o período de guerra civil (1975-2002) assistiu-se a uma ostracização da sociedade civil devido à natureza político-militar do conflito, impossibilitando a abertura de um espaço emancipatório de liberdades sociais e de políticas na esfera social. Nesta fase, institucionalizou-se uma lógica de desregulação da ordem político-constitucional através de acções políticas promovidas pelo presidente José Eduardo dos Santos (JES), cujos poderes, na prática, extravasavam os limites previstos na Lei Constitucional de 1992.

Assistiu-se, pois, a uma alteração na forma de governo, do semi-presidencialismo para uma presidencialização do governo, principalmente quando JES exonerou França Van-Duném do cargo de primeiro-ministro e nomeou outra figura para o mesmo cargo, entre 1999 e 2003 – o que constituiu uma clara violação constitucional, por omissão e usurpação de competências pelo Presidente, sem nenhum pronunciamento do Supremo Tribunal.

O presidente JES constituiu um Estado forte e bem estruturado em matéria de capacidade coerciva, visando exclusivamente a preservação do seu poder. Para este fim, formou uma guarda pretoriana (Unidade de Segurança, Unidade de Guarda Presidencial e grupo especial Chacal)

fortemente militarizada, leal e obediente. Esta estratégia enquadrou-se, perfeitamente, na perspectiva de Maquiavel, segundo a qual um *Príncipe* deveria deter uma guarda para a sua própria defesa. Conseguiu ainda assegurar a submissão das Forças Armadas Angolanas e instituiu um temível sistema de segurança do Estado, reunindo, assim, as condições para governar de forma ininterrupta por 38 anos.

O poder hegemónico de JES consolidou-se na fase de elaboração da Constituição de 2010, onde se formalizou a eliminação da figura do primeiro-ministro e a constitucionalização de um governo unipessoal. Este passou ainda a controlar os poderes executivo e legislativo, por ser sempre o líder do MPLA, o maior partido na arena parlamentar.

Pacto de regime ou de elite angolana

O nascimento de um pacto de regime ou de elite surgiu no seio do MPLA, servindo para estabelecer as

regras e práticas políticas na gestão de JES. O pacto não nasceu logo em 1979, com a ascensão de JES ao poder, depois da morte do presidente Agostinho Neto. Começou, sim, a ser forjado através de uma estratégia de afirmação da autoridade política de JES no seio do MPLA, ao afastar figuras históricas das estruturas do partido e ao esvaziar o poder do Comité Central do MPLA (com o aumento do número de membros). Privilegiou, no entanto, o fortalecimento do *Bureau Político* como o órgão mais relevante do MPLA, onde exercia um maior controlo sobre a sua *entourage* e demovia os críticos da sua gestão governativa.

Para obter uma aceitação da sua estratégia ao nível do partido adoptou uma lógica clientelar na gestão dos recursos do Estado, distribuindo, portanto, muitas benesses pelos seus camaradas de partido. Nomeando, exclusivamente, membros do seu partido e familiares seus e da cúpula do partido para os cargos da Administração Pública, empresas públicas e órgãos do Estado. JES governava, assim, *com e para os seus*. Apenas incluiu membros da oposição nas estruturas do governo aquando do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, evidenciando, assim, que a mudança do regime de partido único, em 1992, não retirou tanta influência política ao MPLA, porque este ainda domina e controla toda a Administração Pública e o aparelho do Estado.

Neste sentido, quem entrava para a estrutura de topo do Estado angolano estava, portanto, a aceitar o pacto de elite, caso contrário acabaria por ser excluído de cargos relevantes.

A importância do pacto de elite e o controlo sobre a sociedade civil

O pacto de elite tornou-se vital para conter o surgimento de uma figura que pudesse ousar concorrer contra o presidente JES. Deste modo, tornou-se relevante controlar a débil sociedade civil angolana, nomeadamente os órgãos de comunicação social públicos e privados, principalmente estes últimos, cujo financiamento e gestão depende de figuras do regime angolano.



Assistiu-se ainda à criação de uma espécie de movimento social que apenas visava a aproximação do Presidente aos títulos de “arquiteto da paz” e de “grande líder”, gerando um fenómeno de “idolatria” mediática e de “bajulação” social. Também alguns dos clubes desportivos foram criados por figuras ligadas ao regime angolano, cuja missão consistia, sobretudo, em travar o crescimento do nível de descontentamento social da juventude angolana. Socialmente, instituíram-se as festas de rua (as famosas maratonas) onde se comercializavam a preços muito baixos (e por vezes distribuíam gratuitamente) bebidas alcoólicas.

O controlo sobre a sociedade civil e a pressão da conjuntura interna e externa

O controlo social e político da sociedade civil frágil através de um forte escrutínio do sistema dos serviços de segurança de Estado, principalmente dos críticos da gestão *eduardista*, nunca foi uma garantia suficiente para JES colocar à prova a sua “suposta” popularidade em eleições directas e claras, talvez receoso da experiência de 1992. Então não conseguiu obter maioria absoluta na primeira volta, tendo, assim, que disputar a segunda volta contra Jo-

nas Savimbi, a qual não chegou a ser realizada por causa da guerra. JES só aceitou concorrer às eleições dez anos depois do fim da guerra e no quadro da Constituição de 2010, onde o sistema eleitoral presidencial não é tão evidente.

A governação de JES foi bastante marcada pela guerra civil que contribuiu para a desestruturação da sociedade civil e impediu a fiscalização da actuação dos responsáveis políticos. Por exemplo, a imprensa esteve fortemente condicionada nas críticas ao Governo, por causa do risco de vida dos jornalistas (o jornalista Ricardo de Mello foi assassinado em 1995) e de associação à UNITA. Os efeitos da guerra influíram, ainda, sobre a distribuição dos recursos do Orçamento Geral de Estado (OGE) a favor do sector de defesa e de segurança, aspecto que se manteve no pós-guerra civil.

A despesa total prevista no OGE para estes sectores passou de 10%, em 2002, para uma média de 15,5%, entre 2010 e 2016. Por sua vez, entre 2010 a 2016, em média, as despesas nos sectores da educação e da saúde representaram apenas 7% e 5%, respectivamente. Estes valores contrariam o sentido expectável de um país que precisava de distribuir de uma forma mais equitativa os ga-



Manuel de Almeida/Lusa

nhos da paz e as receitas associadas à exploração dos seus recursos naturais, visando erguer as bases para o desenvolvimento sustentável do país, segundo o relatório do Centro de Estudos e Investigação Científica -CEIC.

A alocação de avultados recursos aos sectores de defesa e de segurança pode ser explicada pela necessidade de preservar a elevada capacidade coerciva do Estado e sustentar um pacto de elite através de uma distribuição clientelar dos recursos públicos. Afectando, negativamente, a conjuntura social e política do país que se tornava cada vez mais tensa e com um potencial explosivo, pelo facto de a população jovem começar a ansiar por uma melhor qualidade de vida.

O sistema político angolano: a disputa entre João Lourenço e José Eduardo dos Santos

A saída do presidente JES, depois de um forte desgaste da sua imagem associado à corrupção sistémica, possibilitou a afirmação de João Lourenço. O terceiro presidente angolano trouxe consigo uma elevada expectativa política, bem como a necessidade imperiosa de primar por uma governação diferente do passado recente do país, com a tónica no com-

bate à corrupção que afectaria, necessariamente, figuras da anterior gestão, como Isabel dos Santos. Por isso, JES não estava disposto a ceder a totalidade do poder a João Lourenço, provocando, deste modo e numa fase inicial, uma situação política de bicefalia de poder. A presidência do MPLA estava com JES que, desta forma, comandava o poder legislativo, mas João Lourenço detinha o poder executivo, sem liderar o partido, não exercendo uma influência directa sobre os deputados do MPLA.

Quanto mais condicionalismos enfrentar a estratégia de poder de João Lourenço maior será a preservação dos interesses de certos grupos do passado

A disputa política e o impacto no pacto de elite

A disputa política colocava em causa a autoridade política de João Lourenço, servindo, igualmente, para impossibilitar o estabelecimento de um novo pacto de elites em torno do novo presidente. Este novo pacto representaria o fim da dominação dos recursos do Estado por parte da elite *eduardista*, provocando, necessariamente um processo de substituição da elite *eduardista* pelos *lourencistas*. Contudo, sem a presidência do partido, João Lourenço não tinha as condições políticas para renovar o pacto e criar novas lealdades políticas, visto que o pacto de regime é sempre articulado no seio do MPLA.

Por um ano, a elite *eduardista* manteve a sua influência na nova gestão do país. Por isso, o vice-presidente da República, Bornito de Sousa, no discurso de apresentação de cumprimentos ao Presidente João Lourenço, no final do ano de 2017, avisou que: “para uns, acelerado demais; para outros, distante demais das directivas; outros há que o colocam na fronteira da quebra da unidade, motivo de mal-entendidos e naturais desconfortos. O que importa assinalar é que a acção do presidente da República assenta nas

premissas eleitorais constantes da Estratégia do Líder e no Programa de Governo do MPLA para o período 2017-2022”.

O discurso de Bornito de Sousa traduzia a perspectiva dos *eduardistas* face ao regime, segundo a qual o presidente João Lourenço encontrava-se numa posição inferior, politicamente, à do presidente do partido. Assim, a única solução no sentido da sobrevivência política de João Lourenço seria assumir a disputa como um *facto político*, caso contrário, estaria condenado a realizar apenas um mandato devido ao funcionamento do *presidencialismo de partido* que obrigava João Lourenço a ser o líder do MPLA, para garantir a recandidatura às presidenciais de 2022.

O presidente do partido poderia forçar a apresentação de uma outra personalidade (mais fiel a si e à ala *eduardista* do partido) às presidenciais angolanas, porque os partidos angolanos detêm o poder exclusivo de apresentar candidatos às eleições presidenciais. Deste modo, a conquista do lugar de presidente do partido tornou-se inevitável para João Lourenço para garantir a sua recandidatura, impor a sua autoridade política e estabelecer um novo pacto e novas alianças e lealdades políticas.

A disputa política acabou por fragilizar o sólido pacto de regime trazido da gestão de JES, principalmente por causa das exonerações de João Lourenço. Este exonerou José Filomeno (“Zenu”) dos Santos do Fundo Soberano; Isabel dos Santos da Sonangol; rompeu com o contrato entre a Televisão Pública de Angola e a Semba Comunicações, pertencente a Welwitschia (“Tchizé”) dos Santos e Paulino dos Santos (“Coréon Dú”); e não reconduziu Manuel Hélder Vieira Dias (“Kopelipa”) como ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança. Em suma, retirou privilégios económicos e influência política e social aos *eduardistas*.

O presidente estancava assim o grau de influência de certos rostos ligados ao *eduardismo* e a estabelecer a sua autoridade política no sistema político angolano. Contudo, teve de aguardar até 8 de Setembro de 2018, a data do Congresso Ordinário do MPLA, para ser aclamado líder do partido e logo neste dia tomou a decisão de reformar alguns históricos militantes do *Bureau Político*, estabelecendo a sua hegemonia de poder e unipolaridade.

A renovação do Pacto e o controlo sobre a sociedade civil
João Lourenço assumiu uma ruptura com as velhas elites *eduardistas*, cujos membros designou de *marimbondos* e deixou de contar com a colaboração destes para controlar a sociedade e certos segmentos sociais mais activos. Este grupo passou a utilizar os seus recursos económicos para con-

dicionar a nova estratégia de poder de João Lourenço. Por exemplo, os órgãos de comunicação social sobre os quais exerciam influência passaram a noticiar e a escrutinar regularmente a governação do actual Executivo, que assim passou a estar sujeito a uma maior pressão política e mediática, numa altura que as taxas de crescimento são negativas, na ordem de 2,6%, 0,1% e 1,1% (entre 2016 e 2018).

O descontentamento social sofreu um agravamento, em particular por causa da elevada taxa de desemprego de 29%, segundo o Instituto Nacional de Estatística de Angola, pelo que se antevê, desde já, que a promessa eleitoral de criação de 500 mil novos postos de trabalho não será, em princípio, cumprida. Esta é uma das promessas eleitorais mais importantes do actual Governo, principalmente num contexto social em que a sociedade civil parece adquirir um dinamismo de protesto social e de contestação – o que poderá servir aos interesses políticos e eleitorais da oposição, que a cada acto eleitoral tem conseguido ganhar terreno ao MPLA.

A conjuntura actual e a estratégia de poder de João Lourenço

O fracasso das promessas eleitorais e a disrupção com o pacto passado, envolvendo elites fortes e capazes de interferir na gestão dos recursos do Estado, acabam mesmo por condicionar toda a estratégia de poder de João Lourenço. Isto porque, se, por um lado, a sociedade civil almeja um maior bem-estar e justiça social, por outro, as elites, com potencial para participar de forma mais activa na dinamização e alavancagem da economia, evitam utilizar os seus recursos para estes fins. Quanto mais condicionalismos enfrentar a estratégia de poder de João Lourenço maior será a preservação dos interesses de certos grupos do passado.

O presidente poderia, pois, evitar os referidos condicionalismos ao celebrar um novo pacto político amplo e fora da estrutura do MPLA, o que significaria a introdução na esfera de governação de figuras externas ao seu partido e a implementação de uma nova dinâmica social e política. Esta opção conduziria a um redimensionamento da geometria de poderes do presidente e à transformação da Assembleia Nacional numa plataforma de consensos políticos. Sem a introdução de uma nova dinâmica e promoção de uma estratégia inclusiva da sociedade civil tornar-se-á impossível evitar futuros condicionamentos políticos das velhas elites e melhorar a actual conjuntura política. Para este desiderato importa acabar com uma governação para ou com os seus, como no passado. ●

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

ÁFRICA CAPITAL A FECHAR



António Silva/EPA via Lusa

NOVO EXECUTIVO

Governo moçambicano toma posse em clima de recuperação económica

Economia do país lusófono terá o crescimento mais elevado da África Austral em 2020 e o presidente Filipe Nyusi exigiu resultados aos seus ministros.

LUÍS NAVES

luis.naves@afriacapital.net

As Nações Unidas estimam que a economia moçambicana tenha este ano o mais rápido crescimento na África Austral. De acordo com o relatório sobre a Situação Económica Mundial, elaborado pela ONU, Moçambique deverá passar de um crescimento de 1,5% em 2019 para 5,5% em 2020, essencialmente devido aos esforços de reconstrução após os ciclones do ano passado. “A situação económica na África Austral deteriorou-se em 2019, com várias economias em estagnação ou recessão num contexto de baixo investimento, faltas de energia, elevado desemprego e clima catastrófico”, lê-se no documento. Os países do sul de África devem ter crescido em média apenas 0,3% em 2019, mas podem acelerar para 0,9% este ano e 1,9% em 2021.

Moçambique é a exceção regional e foi neste clima de otimismo e recuperação económica que o presidente moçambicano, Filipe Nyusi, nomeou o novo governo. No discurso de tomada de posse do executivo, a 18 de janeiro, o Chefe de Estado adverteu os ministros de que não acei-

tará “desculpas” em caso de falhanço e disse que quer resultados que permitam a melhoria da vida do povo. “Doravante, não poderá existir a desculpa de que sou novo ou nova na função, pois as instituições que passam a dirigir sempre existiram e possuem instrumentos que delimitam as suas atribuições e competências”, afirmou Nyusi.

O presidente pretende que as Finanças estejam focadas na consolidação orçamental, assegurando o aumento dos recursos do Estado e o rigor nos gastos. Dos Negócios Estrangeiros, Nyusi disse esperar maior dinâmica na diplomacia económica e a revitalização da rede diplomática moçambicana no estrangeiro. E o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural terá como aposta o objetivo da “fome zero”.

O novo executivo moçambicano tem 18 ministros, dos quais 10 são caras novas, havendo oito reconduções em pastas-chave. Carlos Agostinho do Rosário mantém-se primeiro-ministro, e Adriano Maleiane, Max Tonela e João Machatine foram reconduzidos, respetivamente, nas Finanças, Recursos Minerais e Obras Públicas.

Celso Correia, Carmelita Namashulua e Helena Kida também per-

manecem, mas assumem pastas diferentes. Correia deixou o extinto Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e vai para o novo Ministério da Agricultura. Carmelita Namashulua saiu do Ministério da Administração Estatal e Função Pública para a Educação, enquanto Helena Kida deixou a função de vice-ministra do Interior para assumir a pasta da Justiça.

Ainda entre os nomes reconduzidos, Carlos Mesquita deixou a tutela dos Transportes e Comunicações e assumiu o cargo de ministro da Indústria e Comércio. Nas novas caras, Verónica Macamo, que saiu da presidência da Assembleia da República, terá a seu cargo os Negócios Estrangeiros, em substituição de José Pacheco. Margarida Talapa deixou a liderança da bancada parlamentar do partido no poder, Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), para ocupar a pasta do Trabalho, e Augusta Maita transitou da direção do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades para ministra do Mar, Águas Interiores e Pesca. Entre os ministros e ministras, outros nomes novos são os de Jaime Neto (Defesa), Amade Miquidade (Interior) e Armino Tiago (Saúde). ●

OPINIÃO

África e Turismo: a essência para a unificação



CARLOS SILVA NEVES

Administrador Grupo Azinor-Sana Hotels

Composta por 54 países e nove territórios, a África é o terceiro continente mais extenso e o segundo mais populoso do Mundo. Apresenta grande diversidade étnica, cultural, religiosa, social e política. Poderá o turismo ser um fator da sua unificação?

O continente africano pode ser dividido em três grandes regiões (norte, central e sul), sendo o turismo completamente diferente em cada uma delas. O norte de África, composto essencialmente por países muçulmanos, foi uma das primeiras regiões africanas a abraçar o turismo, tendo, por exemplo, a Tunísia e o Egito investido em infraestruturas turísticas e hoteleiras, promovendo o turismo como uma das principais atividades económicas.

Destaco, nesta região, o Reino de Marrocos, pelo seu atual crescimento e estabilidade. Marrocos subiu sete lugares no ranking mundial Doing Business 2020, uma iniciativa do Banco Mundial, obtendo o 53.º lugar. No setor do turismo, é também sabido que Marrocos tem captado cada vez mais investimento estrangeiro, em grande parte europeu e, não menos importante, de cadeias hoteleiras portuguesas, como o Grupo SANA. Isto demonstra que este país tem como preocupação fundamental a captação, o desenvolvimento e a promoção do turismo como um dos setores económicos de maior relevo.

Esta realidade tem sido comum em relação a todo o continente, sendo certo que a África Central continua a ser a região que menos se tem desenvolvido no setor do turismo internacional, decorrente da sua maior instabilidade política.

Considerando que a África Central pode ser subdividida em três sub-regiões (oriental, ocidental e a central propriamente dita), verificamos que em alguns países da sub-região oriental o turismo está já enraizado como atividade económica principal, destacando-se a este respeito a Tanzânia, o Quênia e também o Ruanda, cujos parques naturais são verdadeiros viveiros de animais selvagens.

Na África Ocidental podemos destacar o Gana e o Senegal, onde tem sido visível o elevado crescimento do número de turistas que procuram as suas praias e cultura como alternativas a outros destinos turísticos mundiais.

Na região central, onde ainda existem vários problemas políticos e sociais, é visível uma carência estrutural de equipamentos turísticos que impede a captação de investimento. Incluem-se aqui o Chade, a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo e o Níger, países que para já, infelizmente, não podemos visitar com segurança e conforto.

A África Subariana é talvez a região que mais tem vindo a consolidar o crescimento no setor turístico. Além do Botswana (através do Okavango Delta e do ChobeKasane National), também a África do Sul, Moçambique e Angola têm assistido a um incremento neste setor e, consequentemente, a melhorar as suas infraestruturas turísticas e hoteleiras, criando condições de proteção do investimento.

Não quero deixar de realçar Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, exemplos de crescimento do Turismo em África, apostando todos as suas sinergias na divulgação dos seus conteúdos turísticos e hoteleiros.

Havendo grandes diferenças étnicas, económicas e políticas, não tenho a dúvida de que os países africanos, sem exceção, pretendem que este setor de atividade cresça e se desenvolva no futuro, tornando o continente mais unido. ●